

MARXISMO – A CONTRIBUIÇÃO DAS MULHERES

MARXISMO: LA CONTRIBUCIÓN DE LAS MUJERES

MARXISM - THE CONTRIBUTION OF WOMEN

DOI: <http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v12i1.38455>

Maria de Fátima Félix Rosar¹

Neste Volume 12, N. 1 de Germinal, produzido em conjuntura adversa, convidamos para um diálogo a Professora Maria de Fátima Félix Rosar, Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Maranhão (1975), a Professora cursou mestrado e doutorado na UNICAMP, e constituiu o primeiro grupo de pesquisadores que sob a orientação do Prof. Dermeval Saviani, em 1986, iria compor o Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil – O HISTEDBR. Desenvolveu sua tese de doutorado investigando a Globalização e Descentralização: o processo de desconstrução do sistema educacional brasileiro pela via da municipalização (1995) e em 1999 concentrou o estágio de pós-doutorado na área de política e financiamento na Faculdade de Educação da USP. Sua produção anterior, resultante do mestrado, foi amplamente divulgada em livro publicado pela Cortez Editora e Autores Associados, Administração Escolar – um problema educativo ou empresarial. Lançado em 1984, na Conferência Brasileira de Educação, na cidade de Niterói, circulou em quatro edições, antecipando o debate sobre a tendência de subordinação da escola aos ditames da concepção empresarial. Em 2012, a Autores Associados divulgou uma reedição da obra. Atuou como docente nas Universidades Estadual do Maranhão, Federal do Maranhão e Estadual de Campinas. Atualmente, realiza pesquisas e integra a coordenação, no Maranhão, do Grupo de Pesquisa História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR).

O roteiro proposto – construído por Maria de Fátima Rodrigues Pereira e Elza Peixoto – busca obter, dentro do possível, um balanço da contribuição das mulheres ao debate marxista no Brasil, incluindo aí uma leitura do presente e das tendências que se delineiam.

Germinal: Comemoramos 202 anos de nascimento de Karl Marx no dia 05 de maio deste ano e 200 anos de Engels em novembro. Quais mensagens legadas por estes expoentes do marxismo ainda são atuais para a classe trabalhadora?

Fátima Rosar: A atualidade da obra de Marx e Engels permanecerá enquanto estiverem sendo reproduzidas as relações sociais de produção na sociedade capitalista, mantendo a divisão entre duas classes: dos proprietários que não trabalham e constituem a *leisure class* e dos trabalhadores que trabalham de forma desmedida e permanecem expropriados. A extraordinária contribuição de ambos para que se compreenda as entranhas do capitalismo e de sua reprodução, de modo predominante até os dias atuais, encontra-se no *O Capital* (1867). Nessa obra monumental foi explicitado o processo de produção de mais-valia, ou seja, o modo pelo qual o valor se institui como produto da exploração da força-de-trabalho, cuja remuneração garante apenas, minimamente, a sua sobrevivência, ao passo que amplia a acumulação do capital, de forma exponencial, no conjunto dos capitais do mercado globalizado.

Em 1845, Engels, ao escrever *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, produz uma análise profunda sobre os fundamentos da sociedade capitalista, demonstrando o avanço da industrialização diretamente dependente da classe trabalhadora, que, no entanto, permanecia vivendo em situação de profunda miséria. Engels denuncia essa situação e também analisa as organizações operárias existentes. Foram fundamentais as suas análises para o desdobramento de proposições no que se referia ao debate acerca das formas de luta dos trabalhadores.

No *Manifesto Comunista* (1848), Marx e Engels demarcam o campo dos antagonismos na sociedade de classes e indicam a necessária organização dos trabalhadores. A clássica insígnia – **Proletários de todos os países, uni-vos**, apresenta-se no contexto atual com uma indicação de grande urgência, para se materializar a luta anticapitalista em todas as suas dimensões: econômica, política, social, cultural e educacional, aglutinando as ideias-força que se desdobram dos conceitos gênero, raça e classe, em práticas revolucionárias, distanciadas das distorções plantadas pelo viés do pós-modernismo, pelo qual se fragmentam as análises sobre o real e a história das lutas sociais, criando mais obstáculos para o enfrentamento do capitalismo sob suas formas materiais, imateriais, simbólicas e diabólicas (do latim *diabolus*, do grego clássico διάβολος (*diábolos*), que separam os seres humanos, entre possuidores e despossuídos.

Karl Marx, ainda influenciado pelas ideias de Epicuro e Demócrito (tratados em sua tese de doutorado, defendida em 1841, na Universidade de Iena)¹ e de Hegel, (seu mestre na Universidade de Berlim), juntamente com Friedrich Engels, que gerenciava uma fábrica da família em Manchester, ao redigirem o Manifesto, estavam vinculados aos trabalhadores ingleses que lutavam pelas ideias revolucionárias. O esforço de ambos resultou na tessitura de um texto com acentuado teor literário, porém com arguta perspectiva de análise da história das condições de vida dos trabalhadores no final do século XIX, e das possibilidades de desdobramento da história da humanidade em tempos futuros.

¹ MARX, Karl. Diferença entre as Filosofias da Natureza em Demócrito e Epicuro. Lisboa, Presença, 1972.

Em algumas passagens do Manifesto estão evidentes as qualidades do texto que destacamos acima: “Um espectro assombra a Europa – o espectro do comunismo”. (...)“Tudo o que era sólido desmancha no ar, e tudo o que é sagrado é profanado” (...) “e o ser humano é por fim compelido a encarar, sem ilusões, as reais condições da vida e suas relações com seus semelhantes”. (...)“A história de todas as sociedades existentes até hoje é a história da luta de classes”. Por essa razão, “é inevitável a queda da burguesia e a vitória do proletariado”. (Marx, Engels, 2008)².

Na história que se seguiu até o desaparecimento de Marx, em 1883, foi possível para ele e Engels constatarem os avanços e retrocessos de movimentos revolucionários que levariam à implantação e a queda da Comuna de Paris, entre 18 de março e 28 de maio de 1871. Essa experiência, bem como o envolvimento com a organização dos trabalhadores na AIT (Associação Internacional dos Trabalhadores) permitiu a Marx, com o apoio de Engels, principalmente, a elaboração histórica da articulação orgânica entre a base da sociedade, na qual se produz a economia, a infraestrutura e as suas instituições jurídicas, políticas e culturais que compõem a superestrutura. Isto quer dizer que a dinâmica da sociedade de classes favoreceu a superação no seu pensamento da concepção dialética de origem hegeliana, ainda que essa tivesse importância histórico-filosófica por contrapor o idealismo objetivo às concepções metafísicas de Kant.

Sua compreensão sobre o Direito e o Estado tinham adquirido outra qualidade oriunda da concretude das lutas. Marx havia apreendido a profunda materialidade inscrita nos conceitos derivados da hegemonia dos proprietários do capital, da terra, dos meios de produção, bem como do seu poder político e simbólico exercido para controlar o funcionamento do Estado. Na realidade, Marx concluiu que o Estado concentra em suas instâncias o poder de realizar os negócios que interessam à burguesia em todo mundo. (Marx, Engels, 2008, p.14).

Nos textos: *As lutas de Classes na França* de 1848 a 1850 (1850), *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* (1852) e, posteriormente, *A Guerra Civil na França* (1871), Marx destaca a necessária e urgente apreensão do movimento da história do qual se derivam as análises, formulação de conceitos, categorias, leis, e elaboração de hipóteses em relação aos desdobramentos das lutas sociais, como tendências que se evidenciavam naquele contexto eferescente. Esses textos não contêm previsões acerca do futuro, no entanto vislumbravam as tendências do desenvolvimento histórico, levando em conta as lutas empreendidas e a serem ainda empreendidas pelos trabalhadores.

Em 1859, na *Contribuição à Crítica da Economia Política*, o delineamento dessas tendências foi sintetizado da seguinte forma: “Em certo estágio do seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que é apenas sua expressão jurídica, com as relações de propriedade, no interior das quais se tinham movido até então. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações transformam-se em entraves das mesmas. Inaugura-se então uma época de

revolução social. Com a alteração da base econômica, altera-se mais lentamente ou mais rapidamente toda a imensa superestrutura”.³

O que se pode depreender dessa passagem em termos do século XXI? Certamente, já foi alcançado um processo de produção em que as relações sociais estão cada vez mais tensionadas pelo fato de ter se alcançado um grau de produtividade elevadíssimo, com um intenso regime de trabalho, em que os trabalhadores são exauridos em suas energias físicas, psíquicas e intelectuais, sem obterem resultados concretos em relação ao atendimento de suas necessidades básicas. Quanto mais se expande o processo de acumulação de capital, mais o trabalho produz valor e eleva as taxas de lucro. Porém, a manifestação da crise estrutural do capitalismo, em âmbito global, em 2008, reitera a contradição apreendida por Marx e Engels no movimento da história do trabalho e do capital. Não é possível compatibilizar a tecnologia, cada vez mais complexa, e, portanto, o elevado grau de capital constante com o pagamento de salários adequados aos trabalhadores, porque é possível submetê-los a um sistema de opressão progressiva, na medida que se ampliam os exércitos de reserva disponíveis para uma função complementar às máquinas, garantindo expansão do lucro pelo aumento da taxa de extração de mais-valia. Isto é, ampliando o grau de geração do excedente pelos trabalhadores ainda não substituídos.

O avanço da informática e da microeletrônica permitiu a apropriação não só do conhecimento, mas também possibilitou o controle ainda mais acentuado dos processos de produção, sobretudo nos setores de serviço e do trabalho destinado a produzir mercadorias intangíveis. Além do mais, possibilitou processos de reestruturação produtiva que facilitaram a desterritorialização do conjunto dos trabalhadores, notadamente os operários de fábricas, dificultando ainda mais a sua organização. Esses processos foram fundamentais na quebra da solidariedade de classe e na implantação de sistemas de concorrência, produzindo a contínua divisão entre os trabalhadores já explorados pelo capital, e convencidos de que a sua ascensão nos simulacros de carreira se daria pelo esforço individual expresso no conceito de meritocracia e empreendedorismo, que compõe os elementos da ideologia do individualismo de massas.

Marx e Engels não poderiam, estando no século XIX, antever o futuro nas sociedades do século XXI, no entanto tendo compreendido profundamente o processo de desenvolvimento do capitalismo e de reprodução do capital puderam desdobrar as consequências de uma forma contínua de produção de mercadorias, a partir da subsunção formal e real do trabalho, incluindo nessa totalidade o trabalho produtivo e improdutivo, no qual se incluíam os trabalhadores em atividades predominantemente intelectuais, porém já sob o controle do capital. Assim, professores, médicos, e outros profissionais liberais seriam incorporados ao processo de reprodução do capital e de elevação das taxas de lucro.

Ora, essa é de fato a realidade em que estamos envolvidos por completo na segunda década do século XXI. Enredados nas teias do sistema capitalista globalizado, os trabalhadores,

incluindo destacadamente os professores, participam de uma profunda e intrigante metamorfose dos seus corpos e mentes apreendidos como sendo elementos que constituem partes de mercadorias diversas. A mercantilização de toda a atividade, do nascimento ao declínio e morte dos seres humanos, comprova as teses mais contundentes de Marx e Engels. Suas produções têm uma atualidade desconcertante, ao mesmo tempo que nos desafiam permanentemente. Os destaques que fazem na obra *O Capital* em relação à impossibilidade da manutenção do capitalismo, dada a finitude irreversível da natureza e do meio-ambiente, indicam que a revolução social é um imperativo do tempo presente. Do contrário, o futuro estará definitivamente comprometido, desfavorecendo a própria existência da humanidade. Sem sombra de dúvida, as obras que antecederam ao texto de *O Capital*, como a *Ideologia Alemã*, (1845-1846) expressam a trajetória da construção do pensamento crítico de Marx e Engels. Nessa trajetória de sua formação, foram sendo elaboradas as concepções de mundo, indivíduos, necessidades e sociedades, em parte originárias do idealismo objetivo hegeliano, posteriormente reconstruídas no processo de imersão na dura realidade das lutas operárias, no debate com os intelectuais de sua época, no envolvimento com a organização da Liga dos Justos e depois com a Associação Internacional dos Trabalhadores. Dessa amálgama de experiências, concepções e conceitos, resultaria sua visão mais materialista e contundente, que os impulsionou ao compromisso teórico-prático irrevogável com a emancipação da classe trabalhadora, compreendida como a mediação necessária para a emancipação humana. Esse compromisso teórico e de práxis revolucionária expresso na história do marxismo parece nos apontar a inadiável possibilidade histórica em construção: a luta anticapitalista contundente para fazer emergir os germens do socialismo democrático no século XXI. Na *Ideologia Alemã*, eles trouxeram uma chave de entendimento do caráter da luta pela superação do capitalismo ao afirmarem:

“As ideias (*Gedanken*) da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes; isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante. A classe que tem à sua disposição os meios de produção material dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção espiritual, o que faz com que a ela sejam submetidas, ao mesmo tempo em média, as ideias daqueles aos quais faltam os meios de produção espiritual. As ideias dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes concebidas como ideias; portanto, a expressão das relações que tornam uma classe a classe dominante; portanto, as ideias de sua dominação”. (1987, p.72)².

Sendo assim, há que se atuar na base da sociedade e no seu arcabouço jurídico-político e cultural ao mesmo tempo. As lutas pela transformação das relações de produção se intensificarão ao tempo em que também os trabalhadores alcancem o controle dos aparelhos ideológicos do Estado.

² MARX, K e ENGELS, F. *A Ideologia alemã*. São Paulo: Hucitec, 1987.

G.: Entre as suas referências de aproximação ao marxismo, existiram mulheres que a influenciaram? Quais eram as principais referências e teses defendidas na produção que vinha das mulheres? Por onde esta produção circulou?

F. R.: Minha formação, em nível de pós-graduação, ainda ocorreu em pleno período da ditadura empresarial-militar. O ingresso na Unicamp, em 1979, colocou-me em contato com uma literatura que era totalmente desconhecida para mim, embora eu tivesse tido a oportunidade de fazer, após a graduação, um Curso de Metodologia do Ensino Superior com professores do IESAE/FGV, que se deslocavam para São Luís, com o objetivo de ministrarem esse curso, no início de 1976. Foi no mestrado, tendo alguns professores alinhados ao marxismo e ao anarquismo, que pude fazer as minhas primeiras aproximações às obras de Marx, Engels e Gramsci, além de Bakunin, Pannekoek, Korsch, Kropotkin e Rosa Luxemburgo entre outros autores. Destacaram-se as contribuições do Prof. Dermeval Saviani e do Prof. Maurício Tragtenberg. Mas, as leituras das obras de Marx e Gramsci eram feitas por mim, de forma mais solitária, tentando desvendar um caminho teórico-metodológico muito complexo, para quem tinha tido uma formação em nível de graduação na UFMA, no período de 1972 a 1975. Nesse período, foi fora da universidade que eu tive contato com alguns livros de Paulo Freire que me foram apresentados por uma missionária católica, de origem italiana, ligada aos movimentos de organização de trabalhadores rurais.

Como eu estava na Unicamp, no mestrado na área de Administração e Supervisão Educacional, as professoras com quem estudei tinham uma formação predominantemente influenciada pelo pensamento clássico da administração, logo não foi aí que encontrei a contribuição feminina para a minha incursão no universo do pensamento marxista. Foi buscando encontrar outras fontes que tratavam da administração, que me deparei com textos de Marilena Chauí, filósofa que se destacou no Brasil por desvendar as obras de Spinoza. Entretanto, fazendo com ela uma disciplina de Filosofia Política, pude constatar pelas citações que fazia de Marx e Gramsci, que eu teria que fazer um esforço concentrado e continuado, para me apropriar de conteúdo tão fundamental, para a elaboração que desejava fazer acerca da Administração da Educação.

Posteriormente, durante o doutorado em Filosofia e História da Educação a interlocução com os meus colegas se ampliou e permitiu-me intercâmbio de leituras e reflexões com queridos companheiros e companheiras⁴, além da oportunidade de fazer novas disciplinas com Prof. Dermeval Saviani, Prof. Evaldo Vieira e Prof. Octávio Ianni, em disciplinas cursadas na Unicamp e na PUC-SP. Nesse período de qualificação mais avançada, estiveram presentes como professoras, Ediógenes Aragão e Letícia Bicalho Canedo. Na banca de qualificação e depois de defesa, esteve Lisete Arelaro, uma educadora-militante com quem mantive diálogos por várias décadas, nas jornadas de luta pela transformação dos currículos dos cursos de licenciatura e de pedagogia, além dos Professores Dermeval Saviani, José Luís Sanfelice, Edmundo Fernandes Dias e Newton Bryan. No estágio de pós-doutorado realizado na USP, foi ela a minha coordenadora de estudos e atividades de pesquisa.

Claro, nas bibliografias de diversas disciplinas no mestrado e depois no doutorado, surgiam os nomes de pesquisadoras que se tornaram referências importantes para a minha formação como pesquisadora da área da história da educação e da política educacional. Mesmo que nem todas pudessem compor uma linhagem marxista, várias foram perseguidas pela ditadura empresarial-militar. Entre essas, destacam-se da primeira geração: Emilia Viotti Costa, *Da Senzala à Colônia*; Otaíza de Oliveira Romanelli, *História da Educação Brasileira*; Heleieth Saffioti, *Profissionalização feminina: professoras primárias e operárias*; *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*; Maria José Garcia Werebe, *Grandezas e misérias do ensino no Brasil: 30 anos depois*; e Maria Nilde Mascellani com a tese: *Uma Pedagogia para o Trabalhador: o Ensino Vocacional como base para uma proposta pedagógica de capacitação profissional de trabalhadores desempregados* (Programa Integrar CNM/CUT), que versava sobre duas de suas realizações: o Ensino Vocacional e a Pedagogia do Programa Integrar, da Confederação Nacional dos Metalúrgicos.

Da geração que antecedeu à minha, vieram aquelas que fizeram análises marxistas sobre a história da educação ou estudos críticos sobre a política educacional, como Maria Luisa Santos Ribeiro, Nereide Saviani, Maria Elizabeth Sampaio Prado Xavier, Ester Buffa, Miriam Warde, Vanilda Paiva, Lisete Arelaro, Ediógenes Aragão Francisco, Olinda Noronha, Maria Célia Marcondes, Olinda Evangelista, Marta Vieira Cruz, Marisa Bittar e tantas outras que ampliaram a pesquisa engajada nas lutas pela educação pública em várias regiões do Brasil.

A retomada da Pedagogia Soviética, pelo HISTEDBR, por meio de videoconferências, foi também uma contribuição relevante para as gerações mais jovens, que tem se destacado, realizando estudos inovadores sobre políticas educacionais, a formação de professores, educação infantil, currículo, educação física, educação integral, avaliação contextualizada, etc.. Participaram dessa iniciativa muitas professoras de várias universidades, ficando demonstrado o crescimento do conjunto de mulheres que dedicadas a docência e a pesquisa ampliaram a produção de estudos marxistas.

Enfim, deu-se um salto de qualidade importante para a formação marxista na área da educação e da história da educação, particularmente, com a efetiva participação feminina nos grupos de pesquisa em educação e áreas afins, com um volume de produção e de publicações muito relevante do ponto de vista pedagógico e político.

G.: Considerando o desenvolvimento mais amplo do marxismo no Brasil pelas várias áreas do conhecimento, há um debate marxista significativo produzido pelas mulheres? Qual o traço definidor destes debates? Qual a contribuição para a construção do socialismo?

Em primeiro lugar, pode-se refletir sobre o fato de termos tido uma presença masculina muito predominante em todas as áreas de conhecimento no início do ensino superior no Brasil, com destaque inclusive na área da educação. A partir dos anos 1970, constata-se a conquista do ensino superior pelas mulheres, que eram encaminhadas nas décadas anteriores, apenas para os cursos de magistério, em nível médio, como seu destino “natural”. Na realidade, tinham se cristalizado, historicamente, os papéis sociais a serem preenchidos pelos homens e mulheres na sociedade capitalista. Para as mulheres as artes,

literatura; para os homens as ciências de modo geral. Ainda assim, eram maiores as dificuldades de acesso das mulheres aos cursos universitários, considerando a formação em nível médio em um curso que não contemplava as disciplinas avaliadas nos processos de seleção às universidades, como mostram pesquisas publicadas sobre a escolarização feminina nos anos 1970:

“Barroso e Mello (dez. 1975) destacam um fator fundamental para a clara estratificação baseada no sexo, existente na clientela potencial do ensino superior na década de 1970: altíssima proporção de mulheres no curso normal. No período estudado pelas autoras, 1955 a 1970, o percentual de mulheres concluintes do colegial que cursaram essa modalidade não variou, mantendo-se constantemente por volta de 63% do total de formandas”⁵. (CASTRO, 2008, p. 123).

Diante dessa situação, as mulheres buscaram ingressar nos cursos destinados ao magistério no ensino secundário, o que promoveu um grande salto de matrículas nos cursos de Ciências Humanas e Letras. Em dez anos, mulheres entre 25 e 29 anos fizeram triplicar a demanda por esses cursos, sendo, ao final de 1980, constatada a diferença de 5% a mais de mulheres no ensino superior, do que os homens. Também acabaram sendo mais numerosas, como concludentes do ensino de 2º Grau, nos anos 2000. A imersão das mulheres nos estudos marxistas tem se destacado na área das humanidades e das ciências sociais, estando articulada à história dos programas de pós-graduação, a partir dos anos 1980, de modo mais significativo, tanto em volume de trabalhos produzidos quanto em termos da qualidade das elaborações, que têm se tornado cada vez mais consistentes, no que se refere ao tratamento dispensado ao estudo dos fenômenos produzidos historicamente no período da ditadura empresarial-militar e depois na transição para o regime democrático.

No entanto, merecem registro as análises marxistas de períodos anteriores, primeira e segunda república, que também vieram à baila, construindo pressupostos teórico-metodológicos que contribuíram para modificar as concepções das ciências da educação. As pedagogias escolanovistas, as psicologias derivadas do pensamento behaviorista e, também, do pensamento de Carl Rogers, as análises sociológicas e históricas da escola, da pedagogia, do Estado e das políticas públicas integradas à ordem liberal e depois à concepção tecnicista, esse conjunto de teorias e metodologias foi sendo desvelado, do ponto de vista de sua historicidade e de sua vinculação com o modo de organização da sociedade capitalista, de seus agentes políticos e de seus aparelhos de hegemonia, com destaque para a escola.

Um inventário da produção feminina nas linhas de pesquisa relacionadas a esses objetos e a muitos outros que emergiram nos anos 2000, é uma tarefa impossível nos limites dessa interlocução com a Revista *Germinal*, nesse momento, porém o próprio sumário das edições dessa prestigiosa revista no campo da educação na perspectiva do pensamento marxista, poderia nos levar a constatar como se multiplicaram as vozes femininas no debate que vai, desde a concepção de sociedade, de trabalho, de emancipação feminina, às questões de gênero, raça e classe, num viés do feminismo mais radicalmente comprometido com a construção da sociedade socialista.

Compartilho com esses movimentos e suas integrantes as preocupações com os ataques que vêm sofrendo no atual contexto, em que se expandiu uma onda reacionária, de caráter neofascista, ameaçadora dos direitos individuais e sociais já muito fragilizados pela atuação do Estado e suas políticas

neoliberais e ultraliberais, cujo objetivo, não anunciado, se relaciona ao processo cada vez mais acelerado, de mercantilização desses direitos, com a finalidade de garantir a expansão do acúmulo de capital em momentos de crise, em sua dupla dimensão: na economia e na saúde, comprometendo a vida de milhares de seres humanos.

G.: A senhora compôs, na origem, o coletivo que fundou o HISTEDBR. Qual era o estágio do desenvolvimento do debate marxista dos problemas da educação até então? Em que o HISTEDBR o modificou? Qual era o estágio de desenvolvimento da participação das mulheres nestas investigações? O HISTEDBR ajudou as mulheres a terem acesso ao marxismo? Conte-nos um pouco como se deu a sua ligação com o grupo. Como a sua produção se inscreveu neste debate e no projeto do HISTEDBR?

Sim, eu estava desde o primeiro momento em que nos reunimos, os orientandos do Prof. Dermeval, com ele para conceber a ideia de um grupo permanente de estudos e pesquisas na área da História da Educação, a partir do método do materialismo histórico-dialético. Seria importante levantar todos os temas das pesquisas que produzimos naquela ocasião, para a elaboração de nossas teses de doutorado. Não disponho nesse momento dessa informação, que poderá ser buscada no acervo da Biblioteca da Faculdade de Educação da Unicamp. Eu, particularmente, estava dedicada a uma problemática que foi sempre um entrave para a constituição do sistema nacional de educação, do meu ponto de vista: a municipalização do ensino público, no nível fundamental e, posteriormente, no ensino médio, como ocorreu nas últimas décadas em muitos estados da federação. Foi justamente, fazendo uso do materialismo histórico-dialético que pude fazer uma análise mais adequada desse fenômeno, concluindo a tese intitulada: Globalização e descentralização: o processo de desconstrução do sistema educacional brasileiro pela via da municipalização.

Meu objetivo foi demonstrar como, a partir da década de 1970, após a promulgação da Lei 5692/71, a política educacional para o ensino de 1º grau foi traçada no âmbito de projetos federais implantados sobretudo em estados do Nordeste, com o objetivo de induzir a municipalização do ensino, transferindo encargos para o município, sem que fosse realizado um investimento financeiro satisfatório no âmbito desse ente federado. Ao contrário, a União adotou uma política de centralização dos recursos em nível federal, enquanto adotava a descentralização em nível do sistema educacional. Esses projetos dos quais destacam-se: Promunicípio, Edurural, Polonordeste, Pronasec e o Projeto Nordeste foram financiados pelo Banco Mundial, trazendo uma concepção e diretrizes educacionais definidas *a priori* por essa instituição.

A partir do reconhecimento de que esse processo estava se realizando também em outros países da América Latina, tanto em períodos de governos militares, como de governos civis, tornava-se evidente para mim que a descentralização estava relacionada ao processo de globalização, não apenas ao nível da economia, mas também da ideologia neoliberal, que contribui, em última instância, para a desconstrução dos Estados Nacionais e dos seus sistemas educacionais, criando e recriando o mais moderno fetiche do final do século XX: o mercado global.

A perspectiva de aprofundamento da descentralização pelos governos em direção à decantada “autonomia” da escola, ampliava a necessidade de se realizarem novos esforços no âmbito de coletivos de pesquisadores com o objetivo de analisar criticamente essa realidade da educação brasileira, e, além disso, elaborar um projeto alternativo de funcionamento do sistema educacional, capaz de introduzir uma nova concepção de centralismo democrático e de educação revolucionária, de modo a fortalecer o processo de construção das bases de uma sociedade socialista.

O que fizemos naquele momento de criação do HISTEBR foi, portanto, construir uma interlocução entre pesquisadores que tinham demonstrado em suas teses uma afinidade ideológica e política e um desejo de fortalecer a produção de uma historiografia marxista na área da história da educação, ainda hegemônica, pelas concepções liberais de sociedade, ser humano, educação e escola e fortalecida pela rápida expansão do conceito de neoliberalismo e pós-modernismo, vertentes cruzadas e amplamente disseminadas no Brasil, a partir do final da década dos anos 1980 e, mais fortemente, nos anos 1990.

Essa onda política e ideológica que invadiu as universidades e os órgãos de gestão das políticas públicas, e, de modo particular, as políticas educacionais concebidas pelo Banco Mundial e implementadas no Brasil e nos países da América Latina, em certa medida também atravessaram o espaço do HISTEDBR, que foi ampliando a participação de pesquisadores da história da educação, independentemente, de sua filiação ao marxismo, fortalecendo um espectro epistemológico mais plural do grupo, o que se tornou visível no levantamento das temáticas mais veiculadas nos eventos do HISTEDBR, com um crescente aumento de pesquisas identificadas com tendências da Nova História. Por outro lado, foram produzidas, pelo menos duas ou três séries de cursos *on line* pelo Histedbr Nacional, oportunizando às novas gerações de jovens pesquisadoras e pesquisadores um conteúdo estratégico para a formação em pesquisa, a partir do método do materialismo histórico-dialético, além das várias séries de cursos para formação de professores na perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica e da Pedagogia Soviética.

Em todos os eventos presenciais do HISTEDBR, nas jornadas regionais e nos seminários nacionais, foram sempre muito concorridos os trabalhos dos GTs que se dedicam aos temas ligados à produção do pensamento e historiografia marxista e aos debates sobre trabalho, educação e pedagogia histórico-crítica, por exemplo. Não tenho como recorrer agora aos importantes levantamentos de trabalhos apresentados que foram elaborados pelas Professoras Maria de Fatima Pereira e Ana Elizabeth Santos Alves, além de Mara Jacomeli e o Prof. José Claudinei Lombardi, que evidenciaram as tendências mais fortalecidas no conjunto das linhas de pesquisa aglutinadas no HISTEDBR Nacional.

Claro, a configuração em que se constatou a ampliação de “novas tendências” relacionadas aos “novos objetos” começou a criar certa preocupação para o grupo que, originalmente, havia concebido um espaço mais exclusivo para a historiografia marxista, diante das formas de exclusão que os pesquisadores marxistas sempre enfrentaram na seleção de seus trabalhos em eventos de outras entidades acadêmicas e científicas da História da Educação, dedicadas em ampliar no Brasil a produção que trazia a “grife” da *Nouvelle Histoire*.

Foi por meio da interlocução dos pesquisadores de muitas universidades brasileiras com os autores da terceira geração da *École des Annales*,⁶ durante seus estágios de pós-doutorado realizados em Paris, que se fez uma corrente de transmissão dessa perspectiva historiográfica que, aqui no Brasil, explicitava em seus trabalhos um processo muito forte de desqualificação dos autores da produção marxista na área da História da Educação. Ocorre que essa tendência da Nova História estava muito adequada aos interesses dos órgãos de financiamento de pesquisa no Brasil, tendo um aumento crescente de recursos destinados aos pesquisadores dessa “linhagem”, que, de fato, foram privilegiados nos mandatos do governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso. Foram feitas pesquisas e publicações que demonstram esses dados comprovadamente. No âmbito do HISTEDBR, eu mesma e o Prof. José Claudinei Lombardi, publicamos textos nesse sentido. Eu tive um projeto de pesquisa aprovado no Departamento de Filosofia e História da Educação da Unicamp, quando ingressei no quadro docente da Faculdade de Educação da Unicamp, em 2002, que tratava desse tema: Programação Editorial Recente da Área da História da Educação no Brasil: Perspectivas Historiográficas Plurais.

Apesar desse embate teórico-metodológico, político e ideológico que se colocou historicamente no Brasil, sobretudo nos anos 1990, no âmbito do HISTEDBR, todas as pessoas em geral, têm mantido um clima de respeito em relação às vertentes antagônicas, o que não significa não debatê-las. Por outro lado, temos trabalhado para ampliar os quadros das educadoras e educadores marxistas. Com esse propósito, por exemplo, temos feito no nosso GT-Histedbr do Maranhão, um trabalho de formação continuada dos integrantes alinhados ao método do materialismo histórico-dialético, sem deixar de contemplar algumas particularidades da Escola de Frankfurt. No nosso grupo somos 15 pesquisadoras e 04 pesquisadores dedicados aos estudos e pesquisas direcionados à produção da historiografia marxista, cuja prática de trabalho coletivo tem se mantido, de forma sistemática, há mais de uma década. Nossa produção tem sido publicada em livros e periódicos de diversas universidades brasileiras, além da Revista Histedbr *On Line* e a Revista Germinal. Na atualidade, estamos dedicados a um projeto coletivo de pesquisa focado na análise do processo histórico de desconstrução da escola pública pelas políticas educacionais recentes e os movimentos de luta e resistência dos trabalhadores da educação.

G.: Fazendo o balanço de sua produção, constatamos uma maior preocupação com a questão das políticas educacionais no Brasil e América Latina, em especial com a crítica do empresariamento. Nestes 30 anos, qual o balanço de disputa entre o público e o privado no Brasil? Quais são os interesses que estão determinando estas disputas e quais são os desafios que estamos enfrentando?

Tenho afirmado muitas vezes que considero lamentável que historicamente tenha se confirmado a tendência que identifiquei no início dos anos 1980, quando defendi a minha dissertação de mestrado (1982) e publiquei o texto em livro, em 1984, com o título Administração Escolar – um problema educativo ou empresarial. O que eu havia constatado teoricamente nos livros de Administração Escolar adotados em todas as universidades brasileiras, que ofereciam àquela época a habilitação em Administração Escolar, foi se materializando em nível do conteúdo dos Planos de Educação dos

governos militares no período da ditadura empresarial-militar, e depois foi sendo incorporado aos processos formativos de Diretores de escolas como um conteúdo considerado muito pertinente pelo Ministério da Educação e as Secretarias de Educação dos estados e municípios brasileiros. Afinal, a comprovação do “sucesso” do modo empresarial de administrar uma empresa validava a importação de seus pressupostos para as escolas, que deveriam seguir o modelo de estrutura administrativa, os princípios e as práticas fundamentadas na concepção de eficiência e produtividade, com racionalização de recursos financeiros e do trabalho humano.

O que se considerava como especificidades dos processos educativos que não podem estar submetidos a essa lógica, passou a ser refutado pelos “especialistas em educação” qualificados nos Estados Unidos e considerados como autoridades pelos Organismos Internacionais que, além de garantir o seu “treinamento” os condicionava a compreender a realidade do Brasil, como se fosse semelhante à dos EUA. Logo, o que era bom para a América do Norte seria sempre reiterado como sendo ótimo para o Brasil.

Assim, num processo de capilarização profunda o paradigma da qualidade total adentrou as escolas brasileiras nos anos 1990, com um agravamento que se mostra mais evidente na atualidade. Os “especialistas” encarregados de “treinar” professores e diretores de escolas, logo transformados em gerentes, já não eram os profissionais da educação, mas os profissionais “sangue puro” importados das empresas, dos bancos, das fábricas, da área dos negócios, para colaborar de modo mais definitivo com a transformação da gestão das escolas.

Claro, tratava-se de mais rapidamente homogeneizar as instituições sociais e educativas, tornando-as mais adequadas aos imperativos “do capital e do mercado”, duas entidades que se transformaram em ogros na realidade brasileira, ditando os parâmetros para a gestão e avaliação de quase tudo em nossas práticas de trabalho e de vida pessoal.

Os choques de gestão, conhecidas táticas do processo estratégico de transformação de todos os bens tangíveis e intangíveis em mercadorias, foram expressões muito autênticas das intenções explicitadas pelos grupos hegemônicos, nas dimensões econômica, social e política, que controlam o Estado capitalista no Brasil. Assim, na atualidade, praticamente todo o conteúdo do processo educativo está sob o controle das grandes corporações e dos chamados Institutos, Fundações e até Universidades Corporativas. Eles se apropriaram da área da produção do conhecimento em todos os níveis de ensino. Estão sob sua tutela a gestão do Ministério da Educação, das Secretarias de Educação dos estados e municípios, dos Conselhos de Educação Nacional, dos Conselhos de Secretários de Educação (Consed e Undime), das universidades, institutos federais e estaduais de educação, escolas públicas de ensino médio e fundamental, por meio da sua influência concreta na definição da Base Nacional Curricular Comum, na produção dos livros didáticos, das apostilas, dos materiais didáticos, dos sistemas de avaliação implantados conforme as definições dos organismos internacionais. Recentemente, se universalizou, em meio à crise provocada pela pandemia, o processo de implantação do sistema EaD e de formação dos profissionais da educação à distância para uso das novas tecnologias e das metodologias ativas.

Para realização desse processo explícito de invasão, controle e domínio do setor público pelo setor privado, as corporações contam com os representantes de seus interesses nos três poderes da República, que já não pode ser considerada como (*res publica*) a coisa pública, o patrimônio de todos os habitantes do país. O capital tem deixado entrever que a sua crise estrutural o impulsiona na busca de todos os nichos de mercado para superar a obtenção decrescente da sua taxa de lucro, com o aumento cada vez mais crescente da taxa de exploração dos seres humanos em todos os setores de trabalho, haja vista o que vem ocorrendo no país, com a total flexibilização dos direitos trabalhistas, deixando o capital livre para explorar os trabalhadores em graus insuportáveis de extração de mais-valia.

Avalio que chegamos, no ano de 2020, ao processo mais avançado e profundo de materialização do paradigma da administração empresarial na área da educação, como venho tentando demonstrar em algumas publicações, e tem sido tema das produções de intelectuais de diversas universidades brasileiras. Causa preocupação o fato de ter assumido o Ministério da Educação um ex-reitor de universidade privada, integrante de um governo ultra-liberal e neofascista, que está realizando um amplo processo de privatização de setores estratégicos da economia nacional e demonstra uma voracidade sem limites, no sentido de avançar sobre a educação e a cultura, para submetê-las ao padrão de produção de resultados lucrativos para os empresários que “vendem essas mercadorias”, bem como enquadrá-las no *mainstream* anti-ciência que prevalece como fundamento de um governo autoritário, ditatorial e obscurantista, em sentido profundo, historicamente falando.

G.: Nestes anos de trabalho como pesquisadora na Universidade Pública, atuando em uma Universidade importante do SUDESTE – a Estadual da UNICAMP e uma Universidade importante do Nordeste, a Federal do Maranhão, nesta quadra de destaque das lutas pela denúncia e superação da condição feminina, quais foram os desafios que enfrentou? O que mudou? Em que medida as lutas sindicais, contribuíram para a superação de eventuais barreiras?

Comecei minha carreira como docente da Universidade Estadual do Maranhão, no ano de 1976. Era muito jovem (22 anos) e essa foi minha primeira atividade profissional. Depois, em 1989, ingressei no quadro permanente de docentes da Universidade Federal do Maranhão, ao retornar do doutorado, e solicitei meu desligamento da UEMA. Mas, em 2002, aposentei-me da UFMA e fiz concurso para a Unicamp, permanecendo na Faculdade de Educação apenas até o início do mês de março de 2004, quando solicitei exoneração e retornei à cidade de São Luís, capital do Maranhão.

Posso dizer que realizei uma carreira do magistério exitosa e, ao mesmo tempo dolorosa, como ocorre ser para a maioria das educadoras-militantes e educadores militantes. Sempre estive envolvida com a organização dos sindicatos e da luta pela democratização da educação e da sociedade, atuando em direção de sindicatos, coordenação de fóruns e de grupos de estudos e pesquisa com um forte caráter crítico, tendo como fundamento o marxismo. Tive uma trajetória profissional pontuada por retaliações e perseguições políticas, em consequência da minha postura independente e contundente. E nesse sentido,

infelizmente, não se distinguiram as posturas entre gestores do gênero masculino e do gênero feminino. O divisor de águas estava dado mesmo pela posição ideológica que assumi, contrária ao *mainstream*. Mesmo no espaço sindical, constata-se que ainda existe uma cultura machista, mas também se manifesta uma cultura de competição e de disputa pelos pódios, tanto no que se refere a algumas lideranças femininas e também masculinas, que não conseguem materializar nas práticas de vida sindical e pessoal uma integração dos fundamentos e princípios teóricos e éticos, que são explicitados em discursos políticos.

Não me arrependo das lutas encetadas em todos os espaços, mas hoje, diria que a maturidade sempre nos pode auxiliar no momento da ação coletiva nos grupos de trabalho, nos espaços da universidade e dos sindicatos, como também dos partidos. Há que se aliar conhecimento com sabedoria, lucidez com táticas mais refletidas, sem deixar que as paixões dos embates políticos nos arrastem para os limites da desrazão e da predominância dos ressentimentos. Isso não significa recuar nenhum pouco das opções políticas e ideológicas, mas apenas encontrar formas de realizar as práticas de luta mais pedagógicas, preservando condições satisfatórias de saúde física e psíquica, sem o que somos obrigados a depor as armas, sem ter subido “a montanha que devemos conquistar”.

Ainda estamos distantes de uma unificação das lutas, a partir de consensos possíveis e necessários, no campo sindical, político-partidário e de ordem acadêmica-científica. É forçoso reconhecer que somente o critério de gênero a ser invocado não permite superar as dificuldades que nos impõe a sociedade capitalista. Precisamos compreender as questões de gênero, raça e classe numa “frequência” na qual todos os gêneros possam dialogar sobre as bases de uma sociedade socialista e possam compreender que a superação dos limites de classe e raça poderão ser eliminados, se começarmos a tratar da nossa reeducação, desde já.

Como poderemos ser parceiras do futuro, se no presente deixarmos que o espírito do capitalismo nos constitua como seres seduzidos pelo consumo, o individualismo de massa e pelos louros da meritocracia? Como mostrar às novas gerações as perspectivas de emancipação humana, se nos deixarmos ser arrastados pela competição desenfreada e mesquinha que é estimulada pelos processos avaliativos pautados em indicadores forjados por mentes de ilusionistas e negacionistas? Penso que há muito o que fazer em todas as dimensões de nossa militância, sobretudo educar as novas gerações para as práticas sociais, políticas e pedagógicas que nos permitirão construir o caminho rumo à sociedade socialista, solidária, democrática, fraterna, saudável e respeitosa em relação à natureza e a todos os seres que habitam a terra.

G.: Na atual conjuntura vemos crescer em todo o mundo fundamentalismos religiosos que propagam crenças anti-ciência, anti-gênero, xenofobia, relações patriarcais obsoletas, sem projeto político e ao mesmo tempo desqualificam a luta política ligada aos direitos sociais, à agroecologia, defendem a escola sem partido, atacam professores, aprisionam nossas crianças e estudantes em visões pré-iluministas. Ao seu ver a que se deve este fenômeno?

Em certa medida, as minhas reflexões anteriores estão articuladas a essa questão, no entanto gostaria de enfatizar fortemente que esse fenômeno ultrapassa as fronteiras nacionais, como constatamos na história recente de alguns países, cujos dirigentes estão atuando de modo assemelhado, cumprindo objetivos de um projeto orgânico de grupos de extrema-direita, bilionários, enriquecidos às custas das formas ilícitas de funcionamento do sistema capitalista mundial, no qual se transacionam armas, drogas, terras, seres humanos e animais, numa ciranda macabra e perigosa de produção de mais ambição por obter o controle sobre as pessoas, tornando-as seus escravos modernos do capital e da sua prática insensata e cruel de manipulação dos mercados em todas as dimensões da existência humana.

Certamente, nem de longe, tínhamos vislumbrado, que essas forças políticas poderiam alcançar poder nessa magnitude de grande abrangência e de efeitos devastadores, pela implantação de medidas que atingem simultaneamente muitos setores do funcionamento do Estado e da economia. Parece que a realidade está imitando a ficção do filme *Matrix* (1999), dirigido pelas irmãs Lilly e Lana Wachowski ou textos de Saramago, particularmente *Ensaio sobre a Cegueira*. Existe um perigoso processo de sedução de muitos jovens das classes populares cooptados pela juventude abastada, para integrar as milícias digitais e também as milícias físicas, que atuam na clandestinidade, tornando-se militantes profissionais e bem remunerados, para realizar atos de toda sorte, incluindo atos criminosos.

Não vejo outra forma de resistência que não esteja vinculada ao processo de construção de uma frente de forças políticas de oposição que atuem de forma unificada, com um objetivo bem definido para uma conjuntura que exige atuação urgente: derrubar o atual grupo político que ocupa o poder executivo, legislativo e o sistema de justiça, tendo um projeto alternativo para o país. Quais as chances de que possamos realizar esse intento? Por enquanto, parece muito distante a realização dessa estratégia, mas há que se tentar diariamente aglutinar os insurgentes.

G.: Quais os efeitos e tendências da atual crise sobre as políticas educacionais no Brasil? O que você vislumbra? Como você avalia o movimento de expansão da educação à distância (EaD) nesse momento de confluência da crise do capital, crise sanitária e crise política?

F.R.: No Brasil, como nos demais países atingidos pela crise da pandemia, já estava instalada uma crise econômica que se deriva da própria crise estrutural do capitalismo, na sua forma de realização contemporânea, em que a dimensão da reprodução do capital na esfera financeira, tornou-se hegemônica. Essa situação tem definido um processo continuado de erosão das bases existenciais da maioria da população em nível mundial e, portanto, também no Brasil, onde Igrejas, Estado, Mercado, Escolas e Famílias estão articuladas, de modo contraditório, tentando por um lado, produzir alternativas que possam transformar radicalmente a vida da maioria da população, predominantemente, preta, pobre e espoliada pelas formas de dominação herdadas do sistema escravocrata colonial, no Brasil, e atualizadas no século XXI, com o uso intensivo das mídias eletrônicas colocadas a serviço das classes dominantes, nacional e internacionalmente falando. Não se distinguem, grosso modo, os interesses da burguesia nacional dos interesses da burguesia articulada em âmbito mundial, unificada pela forma de realização do valor, no âmbito da economia e pelas formas de realização do domínio das subjetividades por meio do extraordinário sistema da blogosfera.

Se permanecerem as novas gerações abduzidas pelo fetiche da mercadoria e, neste caso, sobretudo as de elevada composição tecnológica, poderão ser capturadas como novos contingentes de escravos modernos. Por essa razão, fazer a transformação do trabalho pedagógico em práticas de educação a distância, torna imperativo a moderação no uso dos recursos tecnológicos no âmbito da disseminação do conhecimento científico, compreendendo-os como ferramentas de trabalho e, portanto, não como

geradores próprios do saber científico, de forma autônoma em relação ao fazer científico, crítico, sistemático e reflexivo, sem o qual nos transformaremos em meros apêndices das máquinas ditas “inteligentes”.

Nesse sentido, professores e estudantes, em tempos difíceis da pandemia, poderão até fazer uso do sistema remoto, para salvaguardar suas vidas do contágio em ambientes escolares, tentando também preservar sua autonomia intelectual, sem a qual não se realiza o processo de ensino e de aprendizagens significativas, substantivas e imprescindíveis ao processo continuado de emancipação humana.

Entretanto, o risco real que corremos é justamente o de sermos surpreendidos no período pós-pandemia com a implantação de um sistema de ensino híbrido permanente, em que sejam definidas políticas educacionais que criem duas formas de funcionamento simultâneo das universidades, com aulas presenciais e pelo sistema EaD, inclusive fazendo uma nova divisão do trabalho, com contratação de professores em regime de trabalho pago por hora/aula ministrada no formato do ensino remoto, preenchendo as lacunas de vagas existentes nos departamentos acadêmicos, mantendo por um período de médio prazo o sistema presencial, com os docentes da carreira, até que se extingam os cargos e o sistema EaD seja plenificado. Não estamos livres dessa ameaça, quando se sabe que parte significativa dos Ministros do atual governo são autênticos representantes do sistema privado de ensino superior e dos interesses da expansão do “mercado da educação”.

G.: A pandemia da Covid-19 nos coloca perante a evidência da impossibilidade da concepção individual do homem, da necessidade de sistemas nacionais e mundiais de saúde, da pesquisa científica com caráter social, da produção e distribuição social da riqueza, tudo o que o ultraneoliberalismo não defende. Sobreviverá o neoliberalismo à atual pandemia? Como analisa o atual governo que recorre a fake news para manter em suspenso e mobilizadas faixas da população, cria diariamente inimigos, numa estratégia de guerra e de confronto permanente, em nome de quem governa? Qual o projeto de país em curso? A quem interessa o caos instalado com o Governo ultraliberal?

F. R.: Se chegamos até aqui, como se a vida tivesse as cores do inferno de Dante, o cenário em que estamos vivenciando, não apenas como expectadores mas como protagonistas, nos impulsiona a agir, refletindo sobre os desafios, as possíveis alternativas de saída da crise e, também, o futuro convívio com a permanente distopia. Nesse sentido, a inserção quase compulsória no universo virtual, cotidianamente, inclusive para fazer funcionar os sistemas de ensino, pode nos levar a uma espécie de realidade ilusória, como se no âmbito da blogosfera, tudo se pudesse solucionar sem a ocorrência entrópica.

Afinal, é verdade que se parece mesmo com um passe de mágica o acesso a dispositivos eletrônicos que permitem de nosso espaço de trabalho em casa, fazer viagens pelo mundo, do ponto de vista geográfico, dando-nos a falsa percepção de onipresença e onipotência, porque é como se todo o conhecimento estivesse nas nossas mãos. Na realidade, torna-se subsumido o processo de construção

social do conhecimento e da própria vida. Naturalmente, já não é possível dispensar o uso desses dispositivos, no entanto, constitui-se como pré-requisito o desenvolvimento do pensamento crítico que nos possibilite distinguir entre o simulacro e as constatações históricas e científicas, socialmente acumuladas, sobre as quais esse universo virtual foi gerado.

Sendo assim, a nossa compreensão acerca desse patrimônio é que o mesmo não pode ser objeto de apropriação capitalista privada, considerando-se o seu caráter de bem comum resultante de um esforço coletivo e social, ao longo do período contemporâneo de desenvolvimento das sociedades, em nível mundial. Essas sociedades erigidas sobretudo a partir do que se convencionou denominar de era moderna, foram marcadas pela substituição das condicionalidades históricas do “período das trevas”, que caracterizou a idade média. O conhecimento científico característico do período iluminista tornou-se potente, para a superação dos limites do pensamento metafísico, possibilitou a substituição da produção artesanal, tornando predominante a industrialização, por meio da qual se consolidaram as relações sociais próprias do modo de produção capitalista.

Ora, esse conhecimento não significou, do ponto de vista socioeconômico, a emancipação humana, até o presente, visto que sendo apropriado de forma privada, fortalece as condições objetivas e subjetivas do sistema de exploração, dominação e humilhação da ampla maioria dos seres humanos. A apropriação privada do conhecimento não se concretizou como uma possibilidade de construção do caminho direcionado à partilha dos bens comuns, como riqueza social produzida, concretamente, pela maioria dos trabalhadores. Além disso, a produção da mercadoria pela mercadoria tende a inviabilizar as condições ambientais de vida no planeta, ao exaurir os recursos naturais que são finitos e os bens de uso comum, como a água e o próprio ar.

Entretanto, ocorre que estamos vivendo no país uma espécie de avanço acelerado em direção ao passado, constatando diariamente a construção das condições para que se ampliem as tragédias que, aliás, nunca deixaram de ser vivenciadas pelas populações mais empobrecidas e exploradas pelo capital no campo e nas periferias das grandes cidades. Com a explosão do contágio de um imenso contingente de pessoas e com a constatação da morte de mais de 100.000 seres humanos atingidos de forma inexorável pelo vírus e pela necropolítica do atual governo, podemos constatar de forma inequívoca o seu projeto de destruição das bases de uma sociedade democrática.

De forma deliberada, o governo omitiu-se de realizar o combate necessário à proliferação do caos, deixando ainda mais vulneráveis as populações indígenas, quilombolas e periféricas, para as quais foi negado atendimento em seus locais de origem, impossibilitadas que estavam de conseguir realizar qualquer deslocamento. A dimensão escandalosa desse quadro macabro não nos permite nenhuma ilusão. Aliás, o presidente em sua campanha deixou sempre explicitada a sua intenção de destruir tudo que havia sido edificado, como resultado do pacto consagrado na Carta de 1988.

O que gera perplexidade ainda maior é a constatação do conluio existente entre o governo, o Congresso Nacional e as instâncias do sistema de justiça como setores do Ministério Público, do Judiciário e da própria Polícia federal. Há muito têm sido arrolados os atos criminosos praticados por agentes desses órgãos, sem que ocorra nenhuma ação corretiva como seria justo e necessário. Tem-

se a nítida impressão de que se instalou um Estado de Exceção, que amplia seus tentáculos em direção aos cidadãos comuns em sua vida cotidiana, atingindo-nos numa continuada contraofensiva do ponto de vista cultural, econômico, político e social, num momento em que os setores progressistas da sociedade, que lutam contra a perda dos direitos fundamentais, contra o racismo, o fascismo, a misoginia e a lgbtphobia, estão sendo criminalizados, numa demonstração nítida de que dissolveu-se o ordenamento jurídico que garantia minimamente a proteção social.

Entretanto, o que se vivencia no Brasil, no atual contexto, está articulado ao movimento estrutural do capital, em sua manifestação predominantemente determinada, desde o início do seu desenvolvimento, que no seu atual estágio, com elevado grau de concentração e de centralização, não permite, nem possibilita que se integrem ao mercado de trabalho parcelas crescentes da população, independente do grau de qualificação da força de trabalho. Desse processo resulta do ponto de vista do próprio capital a expansão de uma massa de trabalhadores, sem perspectiva de ingresso no conjunto da população produtora de excedente. Na realidade o cenário do país e do mundo, pós-pandemia, tende à manutenção da ordem neoliberal, com algumas medidas de mitigação da miséria nos países centrais. Desse modo, nos países periféricos dependentes como o Brasil, a realidade se impõe de forma mais aguda, com a perspectiva de crescente eliminação dos mecanismos de proteção social, atualmente reforçada com a política de expansão do “Estado Mínimo” e de ampliação do Estado centralizador de riqueza para o capital.

Nesse contexto, o que nos cabe é denunciar os fundamentos da atual política do governo federal e clarificar o papel da propriedade privada capitalista, nessa contínua marcha de degradação das condições de vida da humanidade e do meio ambiente, de forma cada vez mais coletiva e unificada, o que não significa homogeneizada.

G.: Se você quisesse refletir os desafios do tempo em que vivemos com um verso, a quem recorreria e o que gostaria de dizer?

F. R.: Não tive a oportunidade de fazer grandes incursões no universo da poesia, tenho leituras restritas nessa forma de expressão literária, mas refletindo sobre o recente episódio ocorrido com as famílias do MST em Minas Gerais, mais uma vez sendo alvo da arbitrariedade, violência e inconseqüência do Estado, a partir das ações determinadas pelo governo estadual, com apoio do governo federal, pela sua indiferença e omissão, optei pela poesia de um poeta mineiro, pouco conhecido por mim, mas que me pareceu muito adequado para o atual momento da nossa história. Chama atenção o fato de ser dos anos 1960 essa poesia, que compreendi adequada por ser tão atual o seu conteúdo. Não tenho conhecimento de toda a produção do poeta de quem recolhi essa

Os Insurgentes

O Lúcido Jogo Do Reverso⁷

(...)

*onde o vôo insurgente de Antônio
como poderá ser independente um povo
que não produz toda a roupa de que se veste*

*onde o vôo insurgente de Artur
é a questão do nosso minério de ferro
é o futuro do Brasil, que se atira criminosamente
pela janela,
como se faz a um traste incômodo e imprestável*

*onde o vôo insurgente de Aníbal
queria ver como surgiam as novas gerações
todos livres da exploração e do medo*

*onde o vôo insurgente de Murilo
grandes da terra, tremei nas cadeiras blindadas
que já vem a cólera santa
abrindo narinas de fogo*

*onde o vôo insurgente de Carlos
o poeta
declina de toda responsabilidade
na marcha do mundo capitalista
e com suas palavras, intuições, símbolos e
outras armas
promete ajudar
a destruí-lo*

Notas

- ¹ Doutorado em Filosofia e História da Educação pela Universidade Estadual de Campinas (1995) e estágio de pós-doutorado na área de política e financiamento da educação realizado na Faculdade de Educação da USP (1999). Atuou como docente na Universidade Estadual do Maranhão, Universidade Federal do Maranhão e Universidade Estadual de Campinas. Atualmente, realiza pesquisas e coordena no Maranhão o Grupo de Pesquisa História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR) - <http://lattes.cnpq.br/5395235360205509> CV: <http://lattes.cnpq.br/5395235360205509> Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-3238-9191> E-mail: mffrosar@uol.com.br
- ² MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. Manifesto Comunista. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- ³ MARX, Karl. Contribuição à crítica da economia política. São Paulo: Martins Fontes, 1977, p.24-25.
- ⁴ Homenagem a todas essas pessoas que não conseguiria nomear, sem correr o risco de esquecer alguns nomes. Por essa razão, destaco aqui somente o nome de Maria Rosemary Campos Sheen (Docente da UEM), fazendo-lhe uma homenagem póstuma, em razão do profundo vínculo fraterno que cultivamos durante o mestrado e o doutorado.
- ⁵ GUEDES, Moema de Castro. A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a idéia da universidade como espaço masculino. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.15, supl., p.117-132, jun. 2008.
- ⁶ São identificados como a terceira geração dos *Annales* os intelectuais franceses que conceberam e produziram, a partir dos anos 1970, as obras mais significativas da História Nova, tais como Jacques Le Goff e Pierre Nora, responsáveis pelas três coletâneas de artigos, publicados em 1974, sob o título Novos Problemas, Novas Abordagens, Novos Objetos. Alguns dos principais participantes dessa iniciativa de Le Goff e Nora são muito referenciados no Brasil. Destacam-se: Roger Chartier, Jacques Revel, Georges Duby, Michel de Certeau, Philippe Ariès, François Furet, Marc Ferro, Emmanuel Le Roy Ladurie, Michelle Vovelle, Pierre Chaunu.
- ⁷ O Lúcido jogo do revés In: ÁVILA, Affonso. Código de Minas & Poesia anterior. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969. p. 37-39. (Poesia hoje, 17. Série poetas brasileiros). Poema integrante da série Código de Minas.

Recebido em: 16.08.2020

Aprovado em: 16.08.2020